

Nota do PMDB dificulta entendimentos

Senado tenta acordo para a votação de 286 empréstimos

BRASILIA (O GLOBO) — A nota do PMDB, condenando as reformas eleitorais propostas pelo Governo, poderá dificultar acordo partidário no Senado, para votação dos 286 empréstimos internos e externos para Estados e municípios, que estão paralisados desde o ano passado, segundo afirmou o vice-líder do PDS, senador José Lins.

Estes empréstimos, que foram totalmente obstruídos pela Oposição, em 1981, também em protesto contra a reforma eleitoral, estão sendo analisados tanto pelo PDS quanto pelo PMDB, no sentido de que seja encontrada saída para sua aprovação.

POSIÇÕES

José Lins disse também que o PDS não concordará em votar somente os projetos que o PMDB considera essenciais, do ponto de vista social.

— Não aceitamos votar apenas um projeto ou só aqueles que o PMDB quiser, enfatizou.

Mas o líder do PMDB, senador Humberto Lucena, esclareceu que a sua bancada só tomará posição definitiva em reunião na próxima terça-feira, para a qual ele está convocando todos os senadores. Só depois disso é que procurará o líder do PDS, senador Nilo Coelho, para comunicar que o desejo do PMDB também é o de "fazer o Senado funcionar".

Segundo o líder oposicionista, por enquanto o partido decidiu aprovar apenas três projetos, que considera "de alto interesse público": para o governo do Rio de Janeiro reequipar o Corpo de Bombeiros; para o governo do Rio Grande do Sul pagar títulos públicos; e para a Universidade de Campinas.

O vice-líder José Lins disse, no entanto,

que estes projetos só serão votados pelo PDS junto com outros que o partido governista julgar necessários.

Outro vice-líder do PDS, senador Bernardino Viana, disse que são muitos os governadores, secretários de Planejamento, prefeitos, que telegrafam ou procuram diretamente os senadores, apelando pela liberação dos empréstimos. E, na sua opinião, o PMDB não está interessado em nenhum acordo com o PDS, porque entende que os recursos serão utilizados com fins eleitorais.

Ele contesta o argumento de prioridade para os mais essenciais, afirmando que todos os empréstimos têm finalidade econômico-social, ou seja, construção ou ampliação de hospitais e postos de saúde, infra-estrutura de conjuntos habitacionais, como esgotos e água, aquisição de aparelhos hospitalares, etc.

CRITÉRIOS

Segundo ele, todos os projetos, antes de chegarem ao Senado, são aprovados pelas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais e algumas delas têm maioria oposicionista, como no Rio Grande do Sul e no município de Dourado, em Mato Grosso do Sul. Para ele, se forem estabelecidos critérios para a aprovação desses empréstimos, eles deverão ter a seguinte ordem: os mais antigos, isto é, que estão há mais tempo no Senado, e depois os que têm a finalidade econômica e social.

Outro membro do PDS disse que a não liberação desses empréstimos vem prejudicando os estados na obtenção de recursos junto ao Governo Federal. E citou o exemplo do Rio de Janeiro, que é de oposição, em que o Ministério da Fazenda quer suspender a liberação de recursos de fundos federais. Tudo isso porque o Senado ainda não aprovou um empréstimo de US\$ 162 milhões para o pagamento de dívidas externas do Metrô.

Este mesmo senador afirma que o PDS terá dificuldades de votar, apenas com os seus 36 senadores, todos estes empréstimos. Primeiro, porque o regimento interno do Senado facilita a obstrução. Com o regimento na mão, ele fez o seguinte cál-

culo: se no plenário estiverem 36 do PDS e dez da Oposição, somente na discussão de um projeto serão consumidos 300 minutos, se cada um desses oposicionistas se dispuser a ocupar o microfone nos 30 minutos que lhe são concedidos regimentalmente.

Outra dificuldade do PDS é a de convencer, neste ano eleitoral, senadores que divergem dos atuais governadores, a apoiarem empréstimos para os seus Estados. O parlamentar governista citou como exemplo o caso do senador Martins Filho (PDS-RN), que é relator de um empréstimo para o seu próprio Estado, mas que condiciona o seu parecer a um depoimento, na Comissão de Finanças, do governador Lavoisier Maia, que é seu adversário político.

MUDANÇA

Tanto o senador José Lins quanto o senador Bernardino Viana, vice-líderes do PDS, acreditam que a única forma de se aprovar os empréstimos é mudar o regimento interno. Um projeto, de José Lins, alterando o regimento, já está em tramitação no Senado.

Mas, seguindo orientação do presidente do Senado, Jarbas Passarinho, ele não propôs qualquer mudança no sistema de verificação de quorum, que hoje pode ser pedida em qualquer votação. E, por isso, muitos senadores do PDS estão insatisfeitos com o projeto.

José Lins afirmou que, se até o próximo dia 20, o seu projeto não for votado, ele passará a liderar movimento em favor do projeto de Bernardino Viana, que considera medida extrema: retira do Senado a competência para votar os empréstimos internos.

Ele fez ainda outra advertência: se até o dia 15 de maio os empréstimos não tiverem sido votados, somente no ano que vem haverá chance para isso. Porque, segundo ele, a legislação proíbe que nos seis meses anteriores às eleições os Estados e municípios assumam quaisquer dívidas.